

Os empresários

192

querem que o governo comece a governar

Considerando a tentativa de pacto ou trégua uma "frustração", o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Luís Roberto Andrade Ponte, previu a necessidade de o governo adotar, com urgência, medidas que restabeleçam os rumos da economia. "O governo agora tem que governar, não se pode mais esperar e a Nação requer uma definição", disse o dirigente, ontem, em Porto Alegre. Com igual ênfase, o delegado de São Bernardo do Campo do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Hans Kittler, advertiu sobre a possibilidade de uma forte recessão, à esteira do novo pacote econômico preparado pelo governo.

Líder empresarial e constituinte eleito pelo PMDB gaúcho, Ponte avalia que as dificuldades para um entendimento já eram previsíveis diante da grande diferença, notadamente em relação aos valores do salário mínimo, entre o que os trabalhadores pretendiam e o que a economia poderia suportar. Ele defende que o governo deve liberar os preços de produtos e bens "cuja privação não causa problemas às pessoas" e que os itens da cesta básica tenham os preços controlados, mas fixados em valores suportáveis pelo sistema produtivo.

Já o vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Dagoberto Lima Godoy, afirmou, ontem, que o resultado das negociações em busca de um entendimento "foi uma frustração para governo, empresários e trabalhadores". Acrescentou que os empresários já estavam céticos diante da atitude da CUT, que não participou dos encontros.

Para Hans Kittler, o clima de indefinição propaga-se de forma avassaladora. Os negócios estão praticamente paralisados. Kittler não se surpreendeu com o desfecho dos encontros em Brasília entre o ministro Almir Pazzianotto e líderes sindicais e empresariais: "Pelo contrário, porque não se pode esperar entendimento quando uma das partes envolvidas na gravidade da situação econômica do País, exatamente a parte responsável por grande parcela dos nossos problemas, deixa de participar efetivamente das propostas de correções, atuando simplesmente como mediadora, que foi o caso do ministro Pazzianotto, representante do governo federal".

Kittler justifica o horizonte recessivo que observa na economia brasileira citando a atuação do governo federal como exponencial, "numa nação onde a participação da sociedade civil é restrita, onde não existe estímulo à iniciativa privada, onde o ônus dos tributos limita a distribuição de lucros e de investimentos, e onde o Estado não tem a menor preocupação com seus gastos, não há clima para desenvolvimento", afirmou.